

**EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 057/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N° 101/2025**  
**DATA DA REALIZAÇÃO: 08/08/2025**  
**HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 14:00 horas (horário de Brasília-DF)**  
**LOCAL: Prefeitura do Município de IPORÃ– Paraná, BLL - Bolsa de Licitações e Leilões <https://bll.org.br/> “Acesso Identificado”**

**Edital EXCLUSIVO à participação de Microempresas, Microempreendedor Individual e Empresas de pequeno porte EM ÂMBITO LOCAL, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme disposto no Art. 12, do Decreto Municipal nº 015/2025, bem como no Art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e consonante ao entendimento dado pelo Prejulgado nº 27<sup>1</sup> do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.**



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **PREJULGADO N° 27**

PROCESSO N°: 465761/17  
ASSUNTO: PREJULGADO  
ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
RELATOR: CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

### **ACÓRDÃO N° 2122/19 - Tribunal Pleno**

Prejulgado. Regime jurídico de licitações e contratações públicas de microempresas e empresas de pequeno porte. Restrição à participação de empresas sediadas em determinado território. Possibilidade. Limite legal do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, atendo por itens/lotes do certame. Ponderação entre os princípios da isonomia, vantajosidade e livre concorrência.

---

<sup>1</sup> <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2020/5/pdf/00344760.pdf>

## PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ**, inscrito no CNPJ sob n.º 75.738.484/0001-70, através da Secretaria de Secretaria de Finanças e Compras, sediado a Rua Pedro Álvares Cabral, nº 2677, centro, na cidade de Iporã - Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Roberto da Silva, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, objetivando a **Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias que integram a Administração Municipal de Iporã-PR, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente edital**

### DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

**08 de agosto de 2025, as 14:00 hrs**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ**

**Local da Sessão Pública:** <https://bll.org.br/>

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 015/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

É Agente de contratação, deste Município, Janaina Bergamin Pereira, designado (a) pela Portaria nº 018/2025 de 06 de Janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município, Jornal Umuarama Ilustrado.

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://bll.org.br/>.
- 1.2 **A abertura da sessão pública da PREGÃO (ELETRÔNICO) ocorrerá 08 de agosto de 2025, as 14:00 hrs, no site <https://bll.org.br/>, nos termos das condições descritas neste Edital.**
- 1.3 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 13:50 horas do dia 08/08/2025
- 1.4 **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:50 às 14:00 horas do dia 08/08/2025
- 1.5 **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14:00 horas do dia 08/08/2025  
Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do MUNICÍPIO DE **IPORÃ** -- neste denominado Pregoeira(o), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (<https://bll.org.br/>)

## 2 DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto deste **a Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias que integram a Administração Municipal de Iporã-PR**
- 2.2 **EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO**, que atendam o objeto licitado, conforme disposto no Art. 12º, do Decreto Municipal nº 015/2025.
- 2.3 **Considerando a existência de 3 fornecedores local (em anexo) sediados no âmbito da Município de Iporã, que atendam o objeto licitado, e que se enquadram como**

- ME/EPP/MEI, a presente licitação conferirá EXCLUSIVIDADE DE CONTRATAÇÃO, conforme Decreto nº 015 de 27 de janeiro de 2025**
- 2.4 A empresa de pequeno porte e microempresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006 e 147/14, deverão comprovar o seu enquadramento em tal situação jurídica através da **declaração firmada por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ambas com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão.**
- 2.5 A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.
- 2.6 A licitação será dividida **item**, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.7 Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 2.8 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas' junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (44)3652-8100

### **3 DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

- 3.1 O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 3.1.1 Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- 3.1.2 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 3.1.3 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 3.1.4 Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 3.1.5 Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 3.1.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 3.1.7 Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 3.1.8 Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 3.1.9 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas
- 3.1.10 Indicar o vencedor do certame;
- 3.1.11 Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 3.1.12 Elaborar a ata da sessão;
- 3.1.13 Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação

### **4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2 Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

### **5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 5.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 5.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: deverão ser dirigidas a pregoeira e protocolizadas em dias úteis, das 08h00 às 16h00, na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 2766, centro, Iporã-PR, no Departamento de Licitações, ou encaminhadas através ATRAVES DO EMAIL: [licitação.ipora@ipora.pr.gov.br](mailto:licitação.ipora@ipora.pr.gov.br)
- 5.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 5.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

## **6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 6.1 **PODERÃO PARTICIPAR** desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital, DESDE QUE ESTEJAM LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE IPORÃ-PR
- 6.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação
- 6.5 Nos termos da legislação vigente, em especial o art. 48, I da lei complementar 123/06 alterada pela lei complementar 123/06 alterada pela lei complementar 147/14, da - se exclusividade para participação de Microempresa - ME/EPP/MEI, por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Pública, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributária e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente.
- 6.6 Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, bem como Decreto Municipal nº 015/2025, **esta licitação será EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI LOCAL**
- 6.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006
- 6.8 **NÃO poderão disputar esta licitação:**
  - 6.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 6.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 6.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital

- com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 6.8.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 6.8.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 6.8.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 6.8.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 6.8.8** agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 6.8.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 6.8.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 6.8.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.9** O impedimento de que trata o item 6.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  - 6.10** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.8.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  - 6.11** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
  - 6.12** O disposto nos itens 6.8.2 e 6.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
  - 6.13** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
  - 6.14** A vedação de que trata o item 6.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
  - 6.15** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
  - 6.16** Para participar da licitação a proponente deverá se credenciar de forma direta à Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, até no máximo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e posterior envio dos documentos de habilitação.

- 6.17 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecidos.
- 6.17.1.1 OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção “Acesso Identificado”.
- 6.18 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.19 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil, devidamente justificada.
- 6.20 A licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 6.21 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br);

## **7 DO CREDENCIAMENTO**

- 7.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da PREGÃO (ELETRÔNICO) deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões
- 7.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devidamente justificada.
- 7.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 7.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **PREGÃO (ELETRÔNICO)**.
- 7.5 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- 7.5.1 Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, conforme modelo fornecido pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões
- 7.5.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.
- 7.5.3 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões.
- 7.5.4 **A inserção de cadastro perante o sistema BLL pode demandar 24h para liberação.**

## **8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento
- 8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública
- 8.3 A Licitante deverá **CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DA PLATAFORMA BLL**, sua proposta devidamente preenchida, contendo a marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do PREGÃO (ELETRÔNICO), sob pena de desclassificação.
- 8.4 **Os valores registrados na plataforma da BLL deverão considerar o valor para O ITEM, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos.**
- 8.5 A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo “marca” o termo “própria”, para evitar a identificação da empresa.**
- 8.6 Ao cadastrar sua proposta na Plataforma BLL a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.
- 8.7 Os itens que forem da marca do licitante deverá preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação conforme informado no item 8.3 deste edital.
- 8.8 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.9 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances
- 8.11 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.12 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.13 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.14 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.**
- 8.15 A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO).
- 8.16 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município **IPORÃ,-PR.**

- 8.17** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição
- 8.19** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.20** O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.21 Na PROPOSTA AJUSTADA escrita, deverá conter:**
- 8.21.1** Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;
- 8.21.2** O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- 8.21.3** Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 8.21.4** Data e assinatura do Representante Legal da proponente.
- 8.22** O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 02 horas é obrigatório, sob pena de **DESCCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE**.

## **9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1** No dia **08 de agosto de 2025, as 14:00 hrs**, horário de Brasília-DF, A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública
- 9.3** Será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.
- 9.4** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.5** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances
- 9.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.8** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

- 9.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição
- 9.10 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.10.1 O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- 9.11 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas
- 9.13 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.14 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 9.15 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível
- 9.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato
- 9.17 **Será adotado para o envio de lances no PREGÃO (ELETRÔNICO) o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.**
- 9.18 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado
- 9.19 **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.20 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.21 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.22 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 9.22.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 9.22.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 9.23 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 9.23.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 9.23.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

- 9.24** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 9.22 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno
- 9.25** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações
- 9.26** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários
- 9.27** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores
- 9.28** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar
- 9.29** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.30** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da PREGÃO (ELETRÔNICO), o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.31** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.32** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.33** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.34** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.35** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.36** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.37** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.38** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.39** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.39.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 9.39.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.39.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.39.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.40** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.40.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.40.2** empresas brasileiras;
- 9.40.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.40.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.41** Persistindo o empate será realizado sorteio entre as licitantes, que deverá ser gravado e juntado ao processo.
- 9.42** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.43** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.44** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.45** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 9.46** **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 9.46.1** **Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá a pregoeira, efetuar a DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA pelo não envio da documentação solicitada.**
- 9.47** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.48** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 DA FASE DE JULGAMENTO**

- 10.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.10 e 6.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :
- 10.1.1** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela

- Controladoria-Geral da União  
(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 10.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 10.1.3** Consulta ao cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública – TCE/PR  
(<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)
- 10.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 10.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 10.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 10.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.7 deste edital.
- 10.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.7.1** contiver vícios insanáveis;
- 10.7.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.7.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.7.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 10.8.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.8.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.10** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.11** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado

para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 10.11.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 10.12.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.13** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.15** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 10.16** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.17** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **11 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 11.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 11.3** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas
- 11.4** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

- 11.5 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.16.4, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES” do sistema.
- 11.6 **Será solicitada via chat o envio de toda documentação de habilitação dentro do prazo estipulado neste edital.**
- 11.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 11.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 11.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 11.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação
- 11.11 **Os documentos exigidos para serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 11.12 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.13 A verificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.14 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.15 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para, (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 11.16.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 11.16.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  - 11.16.3 a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
  - 11.16.4 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  - 11.16.5 a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.
  - 11.16.6 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

- 11.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação
- 11.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.
- 11.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior
- 11.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento
- 11.22 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;
- 11.22.1 Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- 11.22.2 Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 11.22.3 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**, como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.
- 11.23 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.
- 11.24 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 11.25 Como se trata de PREGÃO (ELETRÔNICO), em que os documentos somente são apresentados em via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto à plataforma, o pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.
- 11.26 **As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através de procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.**
- 11.26.1 **As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem escaneados para a apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo pregoeiro independentemente de reconhecimento de firma.**
- 11.26.2 Os documentos deverão ser apresentados, na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física; Em nome da matriz, se o licitante for a matriz; Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

- 11.27 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
- 11.27.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.27.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
- 11.27.3 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 11.28 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:
- 11.28.1 Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO (ELETRÔNICO), se outro prazo não constar do documento.
- 11.29 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:
- 11.29.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ (atualizado);
- 11.29.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- 11.29.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 11.29.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- 11.29.5 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.29.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 11.30 **OUTRAS COMPROVAÇÕES:**
- 11.30.1 **DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)**
- 11.31 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 11.31.1 NO MÍNIMO 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedido por órgão da Administração Pública, direta ou indireta ou por pessoa jurídica de direito privado, contendo informações que a empresa licitante interessada realizou/executou/entregou ou realiza/executa/entrega os produtos/materiais/serviços, com critérios do objeto desta licitação.
- 11.32 Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão

- 11.33 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 12 DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

- 12.1 A documentação constante no item 11, **CASO SOLICITADA**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Prefeitura Municipal IPORÃ, Rua: Pedro Álvares Cabral, nº 2766, centro, CEP: 87560-000, Iporã-PR**. Aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e a pregoeira responsável: (44)3652-8100. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do **PREGÃO (ELETRÔNICO)**.
- 12.2 Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.
- 12.3 Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## 13 DOS RECURSOS

- 13.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso**.
- 13.1.1 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.
- 13.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.4.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.4.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.4.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.5 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.8 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 13.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.10** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.11** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.ipora.pr.gov.br/>

## **14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 14.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 14.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4** deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5** fraudar a licitação
- 14.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1** advertência;
- 14.2.2** multa;
- 14.2.3** impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2** as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 14.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **07 (SETE) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1** Para as infrações previstas nos itens 14.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6.3 e 14.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1, 14.1.1 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6.3 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1, 14.1.1 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

## **15 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 15.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

- 15.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 15.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 15.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **16 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto da licitação pela própria **AUTORIDADE COMPETENTE**.
- 16.1.1** Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 16.2** A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.
- 16.2.1** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.
- 16.3** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos

## **17 DO PAGAMENTO**

- 17.1** O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.
- 17.2** Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.
- 17.3** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 17.4** O Município de **IPORÃ**, fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.
- 17.5** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária
- 17.6** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

## 18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

### 18.1 DO REAJUSTE DE PREÇOS

18.1.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

18.1.1.1 Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

18.1.1.2 Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

18.1.2 Para solicitar o reequilíbrio **não poderão haver empenhos com pendência de entrega referentes aos itens objetos do pedido.**

18.1.3 Os pedidos de reequilíbrio **não suspendem a entrega de itens já empenhados.** Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente

18.1.4 Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a **CONTRATADA** deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, de preferência via e-mail: licitação.ipora@ipora.pr.gov.br, toda documentação abaixo:

18.1.4.1 Planilha de Custos informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) **produto(s)** contratados e o preço a ser reequilibrado, conforme modelo simplificado abaixo:

PREÇO CONTRATADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
<b>Fórmula = a - (b + c + d)</b>			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
<b>Custo total = a - e</b>			<b>R\$ 0,00</b>
PREÇO ATUALIZADO			
Descrição do Produto			
a) Valor registrado no Contrato		R\$ 0,00	
b)	Custo Unitário (N.F. nº..... Data:...../...../.....)	R\$ 0,00	
c)	Total de impostos/tributos	0 %	R\$ 0,00
d)	Total de custos fixos	0 %	R\$ 0,00
<b>Fórmula = a - (b + c + d)</b>			
e)	Margem de Lucro	0 %	R\$ 0,00
<b>Custo total = a - e</b>			<b>R\$ 0,00</b>

18.1.4.2 Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do(s) produto(s) contratado(s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido

18.1.4.3 O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

18.1.4.4 Cópias das certidões vigentes: **i)** Certificado de regularidade do FGTS; **ii)** Certidão de débitos Trabalhista; **iii)** Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **iv)** Certidão relativos a

débitos tributários e dívida ativa Estadual; **v)** Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal; **vi)** Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar); **vii)** Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos; **viii)** CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; **ix)** CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e **x)** CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**18.1.5 Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.**

**18.1.6** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.

**18.1.7 A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.**

**18.1.8** Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será **INDEFERIDO** pela PREFEITURA e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**18.1.9** Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es).

**18.1.10** O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

**18.1.11** A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

**18.1.12 O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.**

**18.1.13** Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

**18.1.14** O reajuste de preço será admitido caso a vigência do Contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

**18.1.15 O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção**

## **18.2 DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**18.2.1** Valor máximo estimado da licitação é de R\$ R\$ 142.718,13 (Cento e quarenta e

dois mil, setecentos e dezoito reais e treze centavos).

**18.2.2** Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, correrão por conta da seguinte dotação:

3.3.90.30.26.00.00

## **19 DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 19.1** As obrigações decorrentes deste **PREGÃO (ELETRÔNICO)** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO**, cuja minuta consta como **Anexo IV** deste Edital.
- 19.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o ato convocatório, para assinatura do Contrato.
- 19.3** O Contrato Administrativo **SERÁ** encaminhado através de correio eletrônico(e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a **impressão e assinatura do instrumento**, em 02 (duas) vias, providenciando a entrega das vias originais no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.
- 19.3.1** Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por até igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de **IPORÃ** /PR;
- 19.4** A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 19.5** Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

## **20 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

- 20.1** Fica assegurado a Prefeitura Municipal de **IPORÃ** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 20.2** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 20.3** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 20.4** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 20.5** A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 20.6** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 20.7** A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 20.8** A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de **IPORÃ**.

## **21 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

- 21.1** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº

8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## **22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1** O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e no Portal de Transparência do Município <https://www.ipora.pr.gov.br/>.
- 22.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 22.4** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.
- 22.5** Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.
- 22.6** A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.
- 22.7** **As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.**
- 22.8** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 22.9** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.10** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de **IPORÃ**, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 22.11** A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.
- 22.12** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.13** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.ipora.pr.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de **IPORÃ**, Departamento de Compras e Licitações, Rua: Pedro Álvares Cabral, nº 2766, centro, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.14** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do PREGÃO (ELETRÔNICO), este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a

- alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.15** É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 22.16** A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 22.17** A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de **IPORÃ**, quanto do emissor.
- 22.18** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 22.19** **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, AO PREGÃO (ELETRÔNICO) SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.**
- 22.20** Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema BLL - Bolsa de Licitações e Leilões que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 22.21** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 22.22** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 22.23** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.24** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 22.25** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.26** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.27** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.28** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.29** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ipora.pr.gov.br/>.
- 22.30** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Iporã – PR.
- 22.31** Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.
- 22.32** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo De Referência – Especificações Técnicas E Condições De Fornecimento; Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
----------------	--

<b>ANEXO II</b>	Modelo Padrão De Proposta Comercial;
<b>ANEXO III</b>	Modelo De Declaração Unificada;
<b>ANEXO IV</b>	Termo De Minuta De Contrato.

IPORÃ, 15 de julho de 2025

ROBERTO DA SILVA  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO I – Termo de Referência

### TERMO DE REFERENCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura De PROCESSO LICITATÓRIO, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos a seguir elencados

#### 1. ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretarias de Assistência à Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, Administração e Educação e Cultura.

#### 2. MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- Pregão       Eletrônico       Presencial  
 Concorrência       Eletrônica       Presencial  
 Concurso  
 Leilão  
 Credenciamento  
 Registro de Preços  
 Dispensa de Licitação       Eletrônica       Física       Emergencial

#### 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias que integram a Administração Municipal de Iporã-PR.

#### 4. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Item	Qtd	Descrição	Medida	Valor Unit	Valor Total
1	40	FITA ISOLANTE 20 MT	UNID	10,42	416,80
2	14	ROLO CABO FLEX 1,5mm	UNID	184,89	2.588,46
3	23	ROLO CABO FLEX 2,5mm	UNID	299,88	6.897,24
4	10	ROLO CABO FLEX 4,0mm	UNID	398,86	3.988,60
5	46	ROLO CABO FLEX 6,0mm	UNID	648,98	29.853,08
6	24	ROLO CABO FLEX 10,0mm	UNID	995,23	23.885,52
7	5	ROLO CABO FLEX 16,0mm	UNID	1.710,93	8.554,65
8	699	MT CABO FLEX 70,0mm	UNID	70,07	48.978,93

9	2	ROLO CABO FLEX 35,0mm	UNID	3.783,60	5.675,40
10	200	UND. LAMP. LED 15W	UNID	7,66	1.532,00
11	226	PLACA 4X2 1 MODULO	UNID	6,22	1.405,72
12	191	TOMADA 2X4 29+T 10A	UNID	8,32	1.589,12
13	49	PAINEL LED SOB. QUAD. 18W	UNID	30,03	1.471,47
14	43	INT. SIMPLES	UNID	9,08	390,44
15	8	PLACA 4X2 2 MODULO	UNID	5,67	45,36
16	19	PROJ. LED 100W 6000K	UNID	33,49	636,31
17	34	DISJ. 2X25 A DIN	UNID	31,51	1.071,34
18	5	RELE FOTO CELULA	UNID	46,41	232,05
19	6	BASE PARA RELE METALICA	UNID	14,79	88,74
20	3	DISJ. 3X63 A	UNID	63,12	189,36
21	1	DISJ. 3 X 100A	UNID	172,44	172,44
22	12	DISJ. 1 X 25A	UNID	11,99	143,88
23	12	DISJ. 1X32A	UNID	9,63	115,56
24	12	DISJ. 2X 32A	UNID	33,42	401,04
25	16	CONECTOR PERFURANTE 25-120-A	UNID	21,77	348,32
26	10	CONECTOR PERFURANTE 16-120A	UNID	15,45	154,50
TOTAL				R\$ 142.718,13	

- 1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo**  
Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns

## 5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação visa atender à necessidade concreta e contínua da Administração Pública Municipal de Iporã-PR quanto ao fornecimento de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias municipais. Tal necessidade se revela imprescindível à manutenção do pleno funcionamento dos equipamentos públicos e, sobretudo, à garantia da prestação regular e segura de serviços essenciais à população, como saúde, educação, administração, agricultura e meio ambiente.

O problema central identificado é a insuficiência do estoque atual de materiais elétricos e a ausência de cobertura contratual vigente, situação que decorre do esgotamento prematuro dos quantitativos adquiridos na última licitação (Pregão Eletrônico nº 057/2025, Processo nº 101/2025). Apesar de o processo anterior ter sido adequadamente planejado com base em dados históricos, a Administração se deparou com um aumento substancial da demanda ao longo da vigência contratual, motivado por fatores supervenientes e de difícil previsão. Entre eles, destacam-se as manutenções corretivas não programadas em prédios públicos, panes elétricas em escolas e unidades de saúde, a substituição de materiais danificados, bem como a necessidade de adequações e expansões elétricas em decorrência da instalação de novos equipamentos e da implementação de programas públicos, como salas climatizadas e informatização administrativa.

Sob a perspectiva do interesse público, a não contratação imediata de nova empresa fornecedora compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, gerando risco de interrupções, atrasos em reformas e obras, além de prejuízos à segurança de servidores e usuários das estruturas públicas. O fornecimento de energia elétrica segura e estável é requisito básico para o funcionamento de qualquer unidade pública, sendo inadmissível a paralisação de atividades por ausência de insumos básicos como fios, disjuntores, conectores, lâmpadas e demais componentes. Assim, a contratação pretendida visa prevenir tais situações críticas, atuando de forma preventiva e responsável por meio de planejamento público adequado.

A aquisição de materiais elétricos é de natureza recorrente e estratégica para a Administração, uma vez que atende a múltiplos setores e permite resposta imediata às demandas operacionais, manutenções urgentes e melhorias em espaços públicos utilizados diariamente pela população. Além disso, a compra centralizada e em escala permite padronização dos itens, ganho de qualidade, otimização logística e economia aos cofres públicos. Ressalta-se, ainda, que a contratação está alinhada ao planejamento administrativo, à eficiência da gestão pública e à boa aplicação dos recursos orçamentários, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Outro fator que reforça a necessidade dessa contratação é a adoção da entrega parcelada dos materiais, conforme solicitação das secretarias requisitantes, respeitando o prazo máximo de três dias úteis após cada requisição. Essa sistemática garante o abastecimento contínuo, evitando acúmulo ou desperdício, ao mesmo tempo que assegura resposta célere às necessidades de cada setor. A proibição da entrega fracionada dentro de uma mesma requisição também é medida de controle e de segurança operacional, uma vez que assegura que todas as unidades requisitadas sejam entregues em sua integralidade, sem comprometer a execução dos serviços.

Portanto, a contratação ora proposta é motivada por necessidade real, atual e fundamentada, resultante de situação concreta vivenciada pela Administração Pública Municipal, cuja solução depende da reposição regular de materiais elétricos de uso indispensável nas ações de manutenção e infraestrutura. Trata-se de medida de caráter preventivo e corretivo, necessária para preservar a continuidade dos serviços, garantir segurança nos ambientes públicos e cumprir o dever constitucional de promover o bem-estar coletivo. Diante disso, conclui-se que a aquisição desses insumos é essencial para o atendimento do interesse público, sendo imprescindível à boa gestão e ao funcionamento eficiente da máquina pública municipal.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na aquisição planejada e integrada de materiais elétricos, destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios públicos pertencentes às diversas secretarias da Administração Municipal de Iporã-PR. Essa contratação

visa atender, de forma contínua, eficiente e segura, às demandas operacionais das secretarias de Saúde, Educação, Administração, Agricultura, Assistência Social, Esporte, Cultura e demais órgãos vinculados à estrutura municipal. A aquisição será realizada por meio de licitação pública, com exclusividade para fornecedores locais classificados como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI), conforme prevê o art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 015/2025 e amparado pelo Prejulgado nº 27 do TCE-PR.

A solução compreende o fornecimento de materiais novos, de primeira linha, devidamente certificados quando aplicável (como produtos com selo do INMETRO), com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e com procedência comprovada. Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e englobam itens como cabos, condutores, disjuntores, eletrodutos, conectores, lâmpadas LED, tomadas, interruptores, quadros de distribuição, entre outros componentes indispensáveis ao pleno funcionamento das instalações elétricas municipais.

A entrega dos materiais será feita de forma parcelada, conforme as requisições das secretarias ao longo da vigência contratual, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão dos estoques públicos. A contratada deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a solicitação, no local designado pela secretaria requisitante, sempre no território do Município de Iporã-PR. Será vedada a entrega fracionada de itens constantes em uma mesma requisição ou nota de empenho, devendo a contratada cumprir integralmente o fornecimento solicitado. Essa exigência assegura a continuidade das atividades operacionais das secretarias e evita atrasos na execução de serviços essenciais.

Durante o ciclo de vida dos bens adquiridos, caberá à empresa contratada prestar assistência técnica para substituição de materiais com defeito, quando comprovadamente vinculados a vícios de fabricação ou falhas técnicas que comprometam seu uso. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação formal por parte da Administração. Essa exigência está alinhada à boa-fé contratual, à responsabilização do fornecedor e à garantia de que os produtos fornecidos se mantenham funcionais durante o período de uso, contribuindo para a durabilidade e a confiabilidade dos sistemas elétricos públicos.

Além disso, a solução considera o respeito às diretrizes de sustentabilidade e inovação, conforme o art. 9º, inciso III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, buscando priorizar a aquisição de materiais que atendam aos princípios da economia circular. Isso inclui a preferência por produtos com maior eficiência energética (como lâmpadas LED), durabilidade estendida, possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem de componentes, e menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida. Tais critérios não apenas promovem o consumo responsável dos recursos públicos, como também contribuem para a sustentabilidade das ações da Administração Municipal.

O modelo de contratação adotado permite ainda a centralização do fornecimento com controle descentralizado das requisições, o que garante maior transparência, rastreabilidade, padronização de materiais e atendimento adequado à realidade de cada secretaria. Dessa forma, a contratação integra de maneira eficiente os elementos essenciais, bens, prazos, logística de entrega, garantia, assistência técnica, sustentabilidade e desenvolvimento local, para alcançar o resultado esperado: garantir o pleno funcionamento da infraestrutura elétrica municipal, viabilizando a continuidade dos serviços públicos essenciais com segurança, regularidade e eficiência. Trata-se, portanto, de uma solução completa, planejada e alinhada com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), oferecendo um arranjo institucional e técnico que assegura a efetividade do gasto público e a satisfação do interesse coletivo.

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR**

A estimativa de valor, levou em consideração o disposto no Art. 23 da Lei 14133/21, bem como no decreto municipal, conforme mapa de preços anexo a este documento.

O Valor total da aquisição é de R\$ R\$ 142.718,13 (Cento e quarenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e treze centavos).

## 8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.
3. Dotação orçamentária: 3.3.90.30.26.00.00

## 9. DOS PRAZOS DE VIGENCIA

O prazo de vigência da ata deverá ser de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O recebimento provisório e definitivo do objeto contratado será supervisionado pelo gestor e fiscal do contrato que atestará, mediante termo detalhado, o atendimento das exigências contratuais e de caráter técnico.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias úteis após a entrega do objeto, mediante a verificação de regularidade ou apresentação dos seguintes documentos:

- a) negativa de débito de FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
4. d) Certidão Negativa de Débitos Municipais
- F) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

## 11. DA EXISTENCIA DE LICITAÇÃO ANTERIOR

Informamos que fora realizadas licitações anteriores com este objeto, sendo a mais recente o pregão eletrônico nº 057/2025, Processo nº 0101/2025.

## 12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 12.1 Da Forma de Seleção

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### 12.2 Dos Critérios de Seleção

#### Habilitação jurídica

**12.2.1 No caso de empresário individual:** inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**12.2.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual** de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

**12.2.3** Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**12.2.4** Documentos Pessoais dos Sócios: RG e CPF ou CNH.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

**12.2.5** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ – Cartão CNPJ (atualizado)**

**12.2.6** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

- 12.2.7 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 12.2.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.2.9 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.2.10 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 12.2.11 **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor do Foro da sede da Pessoa Jurídica. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento

#### **Qualificação técnica**

- 12.2.12 NO MÍNIMO 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedido por órgão da Administração Pública, direta ou indireta ou por pessoa jurídica de direito privado, contendo informações que a empresa licitante interessada realizou/executou/entregou ou realiza/executa/entrega os produtos/materiais/serviços, com critérios do objeto desta licitação.

### **13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 13.1. **Da Gestão do Contrato:** A gestão do Contrato será atribuída ao Leandro Aparecido Sabino
5. 13.2. **Da Fiscalização do Contrato:** A Fiscalização do Contrato será atribuída O servidor Agnaldo Correia dos Santos.

### **14. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Com fundamento no interesse público e no dever da Administração de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, o Município de Iporã-PR apresenta os requisitos para a contratação de empresa especializada na comercialização de materiais elétricos, destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica das secretarias que integram a Administração Pública Municipal. A contratação observará os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e desenvolvimento local, conforme previsto na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 015/2025.

Somente poderão participar da licitação as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI) devidamente sediados no Município de Iporã-PR, conforme previsão do art. 47 da LC nº 123/2006 e do Prejulgado nº 27 do TCE-PR, desde que apresentem documentação válida emitida por contador ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 dias. A empresa deverá estar regularmente registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com atividade econômica compatível com o objeto licitado descrita em seu contrato social ou documento equivalente.

A qualificação jurídica exigirá a apresentação de cópias atualizadas do contrato social ou estatuto e suas alterações, ou do certificado de microempreendedor individual, conforme o caso.

Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa deverá apresentar certidão conjunta da Receita Federal e da Dívida Ativa da União, certidão de regularidade do FGTS (CRF), certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), além das certidões de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, todas em plena validade.

Quanto à qualificação técnica, será exigido, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando a experiência e a aptidão da empresa para atender à demanda do Município. Todos os produtos ofertados deverão ser novos, de primeira linha, e estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas emitidas pelo INMETRO, quando aplicável. A contratada deverá declarar, sob sua responsabilidade, que os itens são originais, sem uso anterior, e que cumprem integralmente os requisitos de qualidade e segurança.

A entrega dos materiais será realizada de forma parcelada, conforme as necessidades específicas de cada secretaria requisitante, durante o prazo de vigência do contrato ou seus eventuais aditivos. A Administração efetuará a requisição dos produtos de acordo com sua demanda operacional, respeitando os quantitativos totais licitados. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até três (03) dias úteis, contados a partir da solicitação formal enviada à empresa, em local designado pela Secretaria Requisitante, sempre situado dentro dos limites do Município de Iporã-PR.

É vedado o fornecimento parcial ou fracionado dos quantitativos constantes na requisição ou na nota de empenho. A entrega deverá abranger a totalidade da solicitação/empenho, sendo considerado inadimplente o fornecedor que deixar de entregar os itens de forma integral conforme solicitado. Esta exigência visa garantir a efetividade do abastecimento das unidades administrativas e evitar prejuízos decorrentes de entregas incompletas.

Os produtos entregues deverão estar acompanhados da nota fiscal correspondente, contendo a descrição detalhada dos itens, incluindo marca e modelo, sempre compatível com a proposta vencedora. Caso sejam constatados produtos defeituosos ou divergentes da especificação licitada, a contratada será obrigada a substituí-los, por sua conta e risco, no prazo máximo de cinco dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os preços contratados deverão incluir todos os custos incidentes sobre o fornecimento, como impostos, fretes, embalagens, seguros e demais encargos, não cabendo qualquer acréscimo posterior. O pagamento será realizado em até 15 dias corridos após a entrega completa e definitiva dos materiais e apresentação da nota fiscal com os documentos de regularidade fiscal em validade.

Por fim, a licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento e concordância com as condições do edital e seus anexos, assumindo o compromisso de cumprir integralmente as obrigações contratuais. O não atendimento a quaisquer dos requisitos acima implicará a desclassificação ou inabilitação da empresa, conforme o caso. A observância desses critérios garantirá a contratação de fornecedor tecnicamente apto, economicamente vantajoso e comprometido com o interesse público, assegurando a continuidade dos serviços essenciais no Município de Iporã-PR.

#### **15. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

Haverá o parcelamento da demanda tendo em vista que a contratação será por item.

#### **16. DA JUSTIFICATIVA DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE LOCAL**

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico local e fortalecer as políticas públicas de incentivo às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas no município de Iporã-PR, a Administração Pública Municipal fundamenta a presente justificativa para a adoção de licitação com participação exclusiva de empresas locais. Essa medida está amparada no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006 o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no Decreto Municipal nº 015, de 27 de janeiro de 2025, e no entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio do Prejulgado nº 27. O ordenamento jurídico permite, nesses termos, que a Administração Pública local, ao constatar a presença de um mercado local competitivo e a viabilidade econômica e jurídica da medida, promova contratações públicas direcionadas exclusivamente a empresas locais de pequeno porte, desde que isso esteja previsto em legislação municipal ou no instrumento convocatório.

A adoção dessa modalidade de licitação visa garantir que os recursos públicos municipais circulem prioritariamente dentro do próprio município, gerando benefícios concretos para a economia local e para a população. Ao direcionar os processos licitatórios para MEs e EPPs locais, o Município cria um ambiente institucional propício ao crescimento e à consolidação dessas empresas, que muitas vezes enfrentam dificuldades para competir com empresas de médio e grande porte situadas em centros urbanos maiores. A medida contribui diretamente para a distribuição mais equitativa das oportunidades econômicas, promovendo justiça social e fortalecendo a base produtiva local.

Além de ser juridicamente amparada, a medida possui uma motivação econômica estratégica. Diversos estudos e experiências administrativas demonstram que o fortalecimento do comércio e da indústria locais produz efeitos multiplicadores positivos. Empresas locais, quando contratadas pela Administração, tendem a reinvestir seus lucros no próprio município, seja pela ampliação de sua estrutura, contratação de mão de obra local, aquisição de insumos e serviços complementares, ou mesmo pelo aumento da sua contribuição fiscal. Com isso, cria-se um ciclo virtuoso de geração de renda, ampliação da base tributária e melhora nas condições socioeconômicas da população.

No caso específico do município de Iporã-PR, foi verificado, por meio de consulta à base cadastral e à experiência de licitações anteriores, que existem três ou mais microempresas e empresas de pequeno porte regularmente estabelecidas no território municipal, plenamente aptas a fornecer os bens e serviços previstos nesta contratação. Esse é um critério objetivo e necessário para a aplicação do art. 47 da LC 123/2006, conforme reforçado pelo TCE-PR em seus pareceres e julgados, especialmente no Prejulgado nº 27. Este julgamento consolidou o entendimento de que é possível restringir a licitação à participação de empresas locais de pequeno porte, desde que haja justificativa técnica e respaldo legal, como ocorre no presente caso.

Outro aspecto relevante é a contribuição dessa medida para a desburocratização do acesso das MEs e EPPs ao mercado público, que muitas vezes encontram barreiras técnicas e econômicas para participar de certames em larga escala ou concorrências abertas. A exclusividade para empresas locais elimina essas barreiras, estimula a formalização de negócios, incentiva a regularização fiscal e trabalhista e reforça a cultura de empreendedorismo no município. Isso se traduz em maior inclusão econômica e social, e fortalece o papel do poder público como agente de transformação e desenvolvimento.

A medida também proporciona benefícios imediatos à Administração, especialmente no que tange à redução de custos logísticos, agilidade no atendimento às secretarias e maior controle contratual. Empresas localizadas no próprio município têm maior facilidade em realizar entregas ágeis, prestar assistência técnica rápida, corrigir eventuais falhas e manter um canal de comunicação constante com os órgãos públicos contratantes. Essa proximidade geográfica favorece a eficiência e reduz o risco de descumprimentos contratuais, o que repercute diretamente na melhoria dos serviços públicos ofertados à população.

Do ponto de vista ambiental, a contratação de fornecedores locais também reduz os impactos ambientais decorrentes do transporte de cargas por longas distâncias, contribuindo para a redução da emissão de gases poluentes e do consumo de combustíveis fósseis. Tal prática está alinhada com os princípios da economia circular e da sustentabilidade ambiental, previstos no art. 9º, inciso III, da

Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022. Assim, a medida também atende a objetivos ecológicos e reforça o compromisso da Administração Pública Municipal com o desenvolvimento sustentável.

É importante destacar que a restrição à participação de empresas locais não fere o princípio da isonomia, uma vez que está expressamente prevista em lei complementar federal (LC 123/2006), regulamentada por legislação municipal e justificada com base em dados concretos de mercado e interesse público. Ao contrário, a medida representa uma ação afirmativa legal e legítima, orientada pela política nacional de incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em localidades onde o poder público é um dos principais compradores institucionais e exerce papel central na dinamização da economia.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas, incluindo o próprio TCE-PR, reconhece a constitucionalidade e a legalidade dessas ações afirmativas quando observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade pública. No caso do Prejulgado nº 27, o Tribunal explicitamente reforça que a Administração pode promover licitações com exclusividade para empresas locais, desde que existam justificativas técnicas, previsão normativa local e comprovação da existência de mercado competitivo no território do ente federativo contratante.

Na prática, a adoção dessa política pública tem potencial para fortalecer setores produtivos específicos dentro do Município, como o comércio de materiais elétricos, prestação de serviços técnicos, fornecimento de insumos diversos, manutenção predial, entre outros. Isso também estimula o aprimoramento da gestão empresarial local, uma vez que as empresas passam a se organizar para atender às exigências dos contratos administrativos, como qualificação técnica, cumprimento de prazos e padronização de produtos.

Essa evolução da maturidade empresarial tem reflexos diretos na qualidade dos serviços e produtos prestados à sociedade, pois os fornecedores locais, ao atenderem a Administração Pública, desenvolvem melhores práticas de gestão, controle de qualidade e atendimento. Com isso, os cidadãos também passam a ser beneficiados indiretamente, na medida em que os recursos públicos são aplicados de forma mais eficiente, e os serviços essenciais são prestados com maior eficácia.

Adicionalmente, vale ressaltar que a Administração Municipal de Iporã tem adotado uma postura coerente com essa política de valorização da economia local em diversas frentes, como nas compras públicas da agricultura familiar, na contratação de serviços terceirizados e em programas de fomento ao microempreendedorismo. A presente contratação se insere nesse contexto de planejamento estratégico voltado à sustentabilidade econômica, social e ambiental do município, sendo mais uma ação concreta de fortalecimento do tecido produtivo e de geração de oportunidades para a população local.

Por fim, cumpre reforçar que a restrição da licitação a MEs e EPPs locais não impede que os órgãos de controle externo ou o próprio Poder Judiciário possam fiscalizar e verificar a legalidade e a vantajosidade das contratações. Ao contrário, a medida está devidamente fundamentada em legislação federal, regulamentação municipal e em precedentes consolidados, o que confere segurança jurídica à sua adoção. Todos os requisitos legais, como a comprovação da existência de pelo menos três empresas aptas, a formalização por decreto municipal e a inserção expressa da regra no edital, serão rigorosamente observados, garantindo a legalidade e a transparência do processo.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a adoção da licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Iporã-PR representa uma estratégia legítima, legal, vantajosa e socialmente responsável, com impactos positivos diretos sobre a economia local, a qualidade dos serviços públicos, a arrecadação tributária, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma política pública proativa e planejada, alinhada às diretrizes constitucionais de promoção do bem-estar social e valorização da economia local, perfeitamente compatível com o regime jurídico das contratações públicas estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

Neste sentido, **foi verificado a existência de pelo menos três fornecedores enquadrados como microempresas sediadas no Município de Iporã, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório**, foram anexados alguns Cadastros de Fornecedores do Município de Iporã/PR e do comprovante de inscrição e de situação cadastral, da maneira que segue abaixo:

- **ANTUNES E PIZZI LTDA**, CNPJ Nº 78.716.248/0001-40
- **PRÓ AGRICOLA IPORÃ LTDA**, CNPJ Nº 75.858.704/0001-07;
- **NAKA COMERCIO e REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ Nº 05.691.108/0001-91

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar, com respaldo legal, técnico e estratégico, a decisão administrativa de restringir a participação na licitação para aquisição de materiais elétricos exclusivamente a microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) sediadas no município de Iporã-PR. Essa medida é adotada com base no Decreto Municipal nº 015, de 27 de janeiro de 2025, e no Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), os quais reconhecem a possibilidade de adoção de critérios de exclusividade para empresas locais, desde que devidamente justificada a medida no processo licitatório, com demonstração da existência de mercado suficiente e compatível com a demanda a ser contratada.

Essa diretriz também se ancora no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, dispositivo este que autoriza expressamente a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento local e regional, por meio da priorização de pequenos negócios na contratação pública. Tais mecanismos legais foram concebidos justamente para ampliar o acesso dessas empresas ao mercado institucional e fomentar o desenvolvimento econômico descentralizado, especialmente em municípios de pequeno e médio porte.

No contexto local, observa-se que o município de Iporã-PR dispõe de mercado interno apto a fornecer os bens objeto da licitação, conforme demonstrado em pesquisas de preços realizadas previamente e com base em registros da Secretaria de Administração e Finanças. Há, comprovadamente, três ou mais empresas de pequeno porte formalmente estabelecidas no município, com plena capacidade técnica, econômica e logística para atender à demanda. A presença de mercado local efetivo e competitivo, portanto, atende ao requisito objetivo estabelecido pelo TCE-PR para a aplicação da medida excepcional de restrição.

A proposta de exclusividade à participação de empresas locais não se limita ao cumprimento de preceitos legais. Trata-se de uma estratégia legítima de política pública voltada à valorização da economia municipal, que visa garantir a circulação interna de recursos financeiros, a geração de emprego e renda, o aumento da arrecadação tributária e a redução de desigualdades regionais, além de contribuir para o aprimoramento da gestão pública ao assegurar maior agilidade e eficiência no fornecimento de bens e insumos estratégicos.

Ao priorizar fornecedores estabelecidos em Iporã-PR, a administração pública municipal promove o fortalecimento das empresas locais, permitindo que essas tenham acesso direto ao mercado público, muitas vezes dominado por empresas de grande porte, sediadas em regiões metropolitanas. O acesso dos pequenos negócios locais às contratações públicas estimula a formalização de empresas, a profissionalização da gestão e o desenvolvimento da cultura de cumprimento contratual e de qualidade, criando um ambiente propício ao empreendedorismo e ao fortalecimento da economia municipal.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa, a medida representa ganhos substanciais. A proximidade geográfica dos fornecedores permite redução significativa dos custos logísticos, como transporte e deslocamento, e maior agilidade nas entregas dos materiais. Considerando que os materiais elétricos são essenciais para a execução de serviços públicos contínuos — como manutenções emergenciais, ampliações em prédios públicos, substituição de itens danificados e instalação de novas redes elétricas —, é fundamental que o fornecimento ocorra de forma célere, com capacidade de resposta imediata às requisições administrativas. Fornecedores locais, por sua vez, possuem maior flexibilidade e capacidade de adaptação ao cronograma das secretarias, o que reduz o risco de atrasos e falhas contratuais.

A aquisição de materiais elétricos, especificamente, tem relevância estratégica para a estrutura física do município, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. Tais insumos são utilizados em obras e manutenções em escolas, unidades de saúde, prédios

administrativos, centros comunitários, áreas de lazer, iluminação pública e demais espaços públicos. A disponibilidade imediata desses materiais é essencial para garantir a continuidade das atividades da Administração, preservar o patrimônio público, assegurar a segurança das instalações e atender prontamente às demandas da população.

Do ponto de vista econômico, a contratação de empresas locais potencializa o desenvolvimento regional ao manter os recursos financeiros dentro do município. Empresas contratadas pela Administração, ao serem remuneradas, reinvestem seus lucros localmente — seja com a contratação de novos colaboradores, aquisição de insumos no comércio da cidade, ampliação da estrutura física ou contratação de serviços de apoio. Esse efeito multiplicador econômico gera impactos positivos sobre o PIB local, o comércio, o setor de serviços e a arrecadação tributária, reforçando a autossuficiência financeira e fiscal do município.

Além disso, a contratação de empresas locais amplia a base tributária do Município, visto que o Imposto sobre Serviços (ISS) e outras receitas vinculadas à atividade econômica permanecem no âmbito da arrecadação municipal. Esses recursos adicionais podem ser revertidos em investimentos nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura, gerando novos benefícios sociais e promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento e bem-estar coletivo.

No aspecto social, o estímulo às MEs e EPPs locais por meio das compras públicas é uma forma eficaz de redução das desigualdades e inclusão produtiva. A geração de empregos diretos e indiretos contribui para a melhoria da renda familiar, reduz o desemprego e promove maior estabilidade socioeconômica. A Administração, ao contratar empresas locais, promove oportunidades concretas de crescimento para os cidadãos e empreendedores da cidade, fortalecendo o vínculo entre o poder público e a comunidade.

Outro benefício considerável da exclusividade para fornecedores locais é a melhoria do controle e da fiscalização contratual. Empresas sediadas no próprio município têm presença física identificável, facilitando o acompanhamento pela fiscalização administrativa, as visitas técnicas e o recebimento de produtos. Isso reduz significativamente os riscos de inadimplemento, evasão ou fornecimento de produtos fora das especificações, assegurando transparência, rastreabilidade e maior segurança jurídica no cumprimento do contrato.

No que diz respeito ao interesse público, a Administração de Iporã-PR reitera seu compromisso com a adoção de práticas sustentáveis e com a valorização dos princípios da economicidade, eficiência e efetividade. Ao fomentar o comércio local, diminui-se a dependência de grandes centros, promove-se a diversificação da base produtiva e fortalece-se a capacidade de resposta do município às suas próprias demandas, inclusive em momentos de emergência ou instabilidade de mercado.

Vale ainda ressaltar que a experiência acumulada pela Administração em contratações similares revelou que fornecedores locais apresentam índices mais altos de pontualidade, maior facilidade na substituição de materiais com defeito e melhor comunicação com os gestores públicos, gerando um relacionamento institucional mais transparente e colaborativo. Esses fatores, embora subjetivos, são cruciais para o bom andamento da execução contratual e para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Sob a ótica da sustentabilidade ambiental, a medida também é vantajosa. A redução do deslocamento de mercadorias de longas distâncias implica menor emissão de gases poluentes, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável e à política nacional de compras públicas sustentáveis. Tais práticas estão previstas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, que orienta os entes públicos a considerarem, em suas contratações, os impactos ambientais e os princípios da economia circular, o que inclui priorizar fornecedores locais e reduzir desperdícios.

Dessa forma, a decisão de restringir a participação à MEs e EPPs sediadas no município de Iporã-PR se apresenta não apenas como juridicamente possível, mas também como tecnicamente recomendável e socialmente desejável. Está lastreada em um conjunto de fundamentos legais, econômicos, logísticos e sociais que se complementam e convergem para o fortalecimento da administração pública local e da comunidade.

Por fim, reafirma-se que o município de Iporã-PR possui número suficiente de empresas qualificadas para garantir a competitividade do certame, conforme atestado nas pesquisas de mercado anexadas ao processo. Tais empresas estão aptas a fornecer os materiais elétricos com qualidade e pontualidade, o que justifica plenamente a adoção do critério de exclusividade previsto no edital.

Diante de todo o exposto, e considerando a legislação aplicável, os precedentes do TCE-PR, os princípios constitucionais da eficiência, economicidade e valorização da economia local, bem como a comprovação da existência de mercado competitivo em Iporã-PR, justifica-se e recomenda-se a adoção da licitação com exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte locais. Trata-se de uma política pública eficaz, estratégica e legítima, que contribui para o crescimento sustentável do município, o fortalecimento das relações institucionais e a promoção do bem-estar coletivo.

#### **17. DA DECLARAÇÃO DE QUE O OBJETO DEMANDADO NÃO SE ENQUADRA COMO ARTIGO DE LUXO**

6. Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 140/2023, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.

#### **18. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento parcelado de materiais elétricos, conforme as necessidades apresentadas pelas Secretarias Municipais Requisitantes, durante a vigência do contrato ou de seus eventuais aditivos. As solicitações serão formalizadas pela Administração, conforme cronograma de consumo e demanda operacional das unidades administrativas, sendo de responsabilidade da contratada o pronto atendimento às requisições dentro dos prazos e condições estipulados neste instrumento.

O prazo máximo para a entrega dos materiais será de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da solicitação emitida pela Secretaria Requisitante. A entrega deverá ocorrer no local previamente designado pela própria Secretaria, sendo obrigatoriamente situado no município de Iporã – PR. Ressalta-se que não será admitida a entrega fracionada do quantitativo constante na nota de empenho ou na requisição formal; o atendimento deverá ocorrer de forma integral, conforme os termos da solicitação específica.

A contratada obriga-se a fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, sendo vedado o fornecimento de produtos divergentes ou fora dos padrões exigidos. O Município de Iporã – PR reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, proceder à alteração do contrato com fundamento em normas legais editadas pela União, além de rejeitar qualquer produto que não esteja de acordo com os requisitos estabelecidos. Também está assegurada à Administração a possibilidade de prorrogar o prazo contratual, desde que atendidos os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A entrega dos materiais será acompanhada por servidor designado como fiscal do contrato, que realizará o recebimento provisório, consistente no ato de conferência física e documental do objeto fornecido. Em seguida, será promovida a verificação da conformidade do material com as exigências técnicas previstas no Termo de Referência e na proposta da contratada. Caso se constate qualquer não conformidade, o material poderá ser rejeitado total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar, às suas expensas, a substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação formal da Administração.

Conforme disposto na legislação vigente, o recebimento definitivo será formalizado em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante a emissão de termo circunstanciado,

desde que constatada a conformidade integral dos materiais fornecidos. Caso a Administração não conclua a análise técnica no prazo estipulado, o recebimento será considerado como efetuado automaticamente, consumando-se o recebimento definitivo no último dia do prazo de verificação.

Importante frisar que o recebimento, seja provisório ou definitivo, não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à qualidade e adequação dos materiais fornecidos. Eventuais prejuízos ou danos decorrentes do fornecimento inadequado, defeituoso ou em desacordo com as especificações continuarão sendo de responsabilidade exclusiva da contratada, sujeita às penalidades cabíveis, nos termos do contrato e da Lei nº 14.133/2021

## **19 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora

### **FISCALIZAÇÃO**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **GESTOR DO CONTRATO**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

## **20 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA**

### **SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Executar o objeto da forma ajustada;

Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;

Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A CONTRATADA, não poderá ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

Caberá ainda a Contratada:

a. Cumprir integralmente todos os itens constantes do presente Contrato;

b. Assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os objetos decorrentes do presente Contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da CONTRATADA, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784/67;

c. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, no fornecimento dos objetos ora contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

d. Dar cumprimento às obrigações de natureza trabalhista, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;

e. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f. Estar à disposição do CONTRATANTE sempre que solicitado;

g. Cumprir todas as exigências contidas no Edital que originou o Contrato;

h. Adotar todas as medidas de cautela tendentes a evitar danos materiais e pessoais aos objetos transportados e terceiros, ficando sempre responsável pelas consequências originárias e acidentes que se verificarem;

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### **SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Além das naturalmente decorrentes do contrato, constituem obrigações do MUNICÍPIO:

Pagar o valor constante no contrato dentro do prazo avençado;

Dar a Contratada as condições necessárias a garantir a execução de Contrato

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo o objeto desta licitação ser fornecido/prestado em sua integralidade pelo vencedor do processo

### **21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Em caso de informações omissas, este Processo Licitatório e todos os seus atos ocorrerão em conformidade com o que rege a Lei 14.133/2021.**

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade

## Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento corresponde à primeira fase do planejamento, reunindo os estudos indispensáveis para a contratação de uma solução que atenda à necessidade descrita futuramente. Buscar, prioritariamente, compreender em profundidade a demanda e avaliar no mercado a alternativa mais eficiente para atendê-la, respeitando as normas regulamentares e os princípios que orientam a Administração Pública

#### 22. DADOS DO PROCESSO

**Área Requisitante:** Secretarias de Assistência à Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, Administração e Educação e Cultura.

**Objeto:** insuficiência dos materiais elétricos adquiridos na licitação anterior (Pregão Eletrônico nº 057/2025, Processo nº 101/2025).

#### 23. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender à necessidade concreta e contínua da Administração Pública Municipal de Iporã-PR quanto ao fornecimento de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias municipais. Tal necessidade se revela imprescindível à manutenção do pleno funcionamento dos equipamentos públicos e, sobretudo, à garantia da prestação regular e segura de serviços essenciais à população, como saúde, educação, administração, agricultura e meio ambiente.

O problema central identificado é a insuficiência do estoque atual de materiais elétricos e a ausência de cobertura contratual vigente, situação que decorre do esgotamento prematuro dos quantitativos adquiridos na última licitação (Pregão Eletrônico nº 057/2025, Processo nº 101/2025). Apesar de o processo anterior ter sido adequadamente planejado com base em dados históricos, a Administração se deparou com um aumento substancial da demanda ao longo da vigência contratual, motivado por fatores supervenientes e de difícil previsão. Entre eles, destacam-se as manutenções corretivas não programadas em prédios públicos, panes elétricas em escolas e unidades de saúde, a substituição de materiais danificados, bem como a necessidade de adequações e expansões elétricas em decorrência da instalação de novos equipamentos e da implementação de programas públicos, como salas climatizadas e informatização administrativa.

Sob a perspectiva do interesse público, a não contratação imediata de nova empresa fornecedora compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, gerando risco de interrupções, atrasos em reformas e obras, além de prejuízos à segurança de servidores e usuários das estruturas públicas. O fornecimento de energia elétrica segura e estável é requisito básico para o funcionamento de qualquer unidade pública, sendo inadmissível a paralisação de atividades por ausência de insumos básicos como fios, disjuntores, conectores, lâmpadas e demais componentes. Assim, a contratação pretendida visa prevenir tais situações críticas, atuando de forma preventiva e responsável por meio de planejamento público adequado.

A aquisição de materiais elétricos é de natureza recorrente e estratégica para a Administração, uma vez que atende a múltiplos setores e permite resposta imediata às demandas operacionais, manutenções urgentes e melhorias em espaços públicos utilizados diariamente pela população. Além disso, a compra centralizada e em escala permite padronização dos itens, ganho de qualidade, otimização logística e economia aos cofres públicos. Ressalta-se, ainda, que a contratação está alinhada ao planejamento administrativo, à eficiência da gestão pública e à boa aplicação dos recursos orçamentários, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Outro fator que reforça a necessidade dessa contratação é a adoção da entrega parcelada dos materiais, conforme solicitação das secretarias requisitantes, respeitando o prazo máximo de três dias úteis após cada requisição. Essa sistemática garante o abastecimento contínuo, evitando acúmulo ou desperdício, ao mesmo tempo que assegura resposta célere às necessidades de cada setor. A proibição da entrega fracionada dentro de uma mesma requisição também é medida de controle e de segurança operacional, uma vez que assegura que todas as unidades requisitadas sejam entregues em sua integralidade, sem comprometer a execução dos serviços.

Portanto, a contratação ora proposta é motivada por necessidade real, atual e fundamentada, resultante de situação concreta vivenciada pela Administração Pública Municipal, cuja solução depende da reposição regular de materiais elétricos de uso indispensável nas ações de manutenção e infraestrutura. Trata-se de medida de caráter preventivo e corretivo, necessária para preservar a continuidade dos serviços, garantir segurança nos ambientes públicos e cumprir o dever constitucional de promover o bem-estar coletivo. Diante disso, conclui-se que a aquisição desses insumos é essencial para o atendimento do interesse público, sendo imprescindível à boa gestão e ao funcionamento eficiente da máquina pública municipal.

#### **24. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Com fundamento no interesse público e no dever da Administração de assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população, o Município de Iporã-PR apresenta os requisitos para a contratação de empresa especializada na comercialização de materiais elétricos, destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica das secretarias que integram a Administração Pública Municipal. A contratação observará os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade e desenvolvimento local, conforme previsto na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 015/2025.

Somente poderão participar da licitação as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI) devidamente sediados no Município de Iporã-PR, conforme previsão do art. 47 da LC nº 123/2006 e do Prejulgado nº 27 do TCE-PR, desde que apresentem documentação válida emitida por contador ou certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 dias. A empresa deverá estar regularmente registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, com atividade econômica compatível com o objeto licitado descrita em seu contrato social ou documento equivalente.

A qualificação jurídica exigirá a apresentação de cópias atualizadas do contrato social ou estatuto e suas alterações, ou do certificado de microempreendedor individual, conforme o caso. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa deverá apresentar certidão conjunta da Receita Federal e da Dívida Ativa da União, certidão de regularidade do FGTS (CRF), certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), além das certidões de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, todas em plena validade.

Quanto à qualificação técnica, será exigido, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando a experiência e a aptidão da empresa para atender à demanda do Município. Todos os produtos ofertados deverão ser novos, de primeira linha, e estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas emitidas pelo INMETRO, quando aplicável. A contratada deverá declarar, sob sua responsabilidade, que os itens são originais, sem uso anterior, e que cumprem integralmente os requisitos de qualidade e segurança.

A entrega dos materiais será realizada de forma parcelada, conforme as necessidades específicas de cada secretaria requisitante, durante o prazo de vigência do contrato ou seus eventuais aditivos. A Administração efetuará a requisição dos produtos de acordo com sua demanda

operacional, respeitando os quantitativos totais licitados. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até três (03) dias úteis, contados a partir da solicitação formal enviada à empresa, em local designado pela Secretaria Requisitante, sempre situado dentro dos limites do Município de Iporã-PR.

É vedado o fornecimento parcial ou fracionado dos quantitativos constantes na requisição ou na nota de empenho. A entrega deverá abranger a totalidade da solicitação/empenho, sendo considerado inadimplente o fornecedor que deixar de entregar os itens de forma integral conforme solicitado. Esta exigência visa garantir a efetividade do abastecimento das unidades administrativas e evitar prejuízos decorrentes de entregas incompletas.

Os produtos entregues deverão estar acompanhados da nota fiscal correspondente, contendo a descrição detalhada dos itens, incluindo marca e modelo, sempre compatível com a proposta vencedora. Caso sejam constatados produtos defeituosos ou divergentes da especificação licitada, a contratada será obrigada a substituí-los, por sua conta e risco, no prazo máximo de cinco dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os preços contratados deverão incluir todos os custos incidentes sobre o fornecimento, como impostos, fretes, embalagens, seguros e demais encargos, não cabendo qualquer acréscimo posterior. O pagamento será realizado em até 15 dias corridos após a entrega completa e definitiva dos materiais e apresentação da nota fiscal com os documentos de regularidade fiscal em validade.

Por fim, a licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento e concordância com as condições do edital e seus anexos, assumindo o compromisso de cumprir integralmente as obrigações contratuais. O não atendimento a quaisquer dos requisitos acima implicará a desclassificação ou inabilitação da empresa, conforme o caso. A observância desses critérios garantirá a contratação de fornecedor tecnicamente apto, economicamente vantajoso e comprometido com o interesse público, assegurando a continuidade dos serviços essenciais no Município de Iporã-PR.

## **25. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo do contrato anterior, no qual os itens licitados se mostraram insuficientes para atender toda a demanda das secretarias municipais. Foram considerados, ainda, os pedidos já realizados, as requisições recorrentes para manutenção preventiva e corretiva, bem como as projeções de ampliação da infraestrutura elétrica em escolas, unidades de saúde, prédios administrativos e espaços públicos. As quantidades estimadas visam garantir o abastecimento necessário durante a vigência contratual, com margem de segurança para atender situações emergenciais, respeitando os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **26. MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

- Pregão       Eletrônico       Presencial  
 Concorrência       Eletrônica       Presencial  
 Concurso  
 Leilão  
 Credenciamento  
 Registro de Preços  
 Dispensa de Licitação       Eletrônica       Física       Emergencial  
 Inexigibilidade  
 Outros: \_\_\_\_\_

## **27. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

Considerando as especificações técnicas e os quantitativos definidos para o objeto a ser licitado, informo, para os devidos fins, que foi realizada pesquisa de preços pelas Secretarias Municipais, com o objetivo de estabelecer o valor de referência para a contratação. Para tanto, foi elaborada uma cesta de preços, conforme demonstrado no Mapa de Apuração de Preços, que integra o presente processo como anexo.

A pesquisa foi conduzida com três fornecedores locais, devidamente identificados, observando-se os princípios da isonomia, da economicidade e da valorização do comércio local, em conformidade com a legislação vigente. A definição do valor de referência foi obtida com base na média aritmética dos valores coletados nas cotações, sendo está a metodologia adotada para garantir a razoabilidade e a representatividade dos preços praticados no mercado regional.

Dessa forma, o valor total estimado para a contratação decorre de procedimento regular de levantamento de preços, devidamente documentado e justificado, assegurando a transparência e a legalidade do processo licitatório.

## **28. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

No momento a administração do Município não possui Plano de Contratações Anual, o qual possui previsão de ser elaborado em oportunidade próxima

## **29. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Levando em consideração o objeto da contratação, aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica das secretarias da Administração Pública Municipal de Iporã-PR é possível identificar, em tese, outras soluções existentes no mercado que poderiam atender parcialmente à mesma necessidade. Entre essas alternativas, destacam-se a locação temporária de materiais e equipamentos elétricos, a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação conjunta, o aproveitamento de atas de registro de preços de outros entes públicos e a utilização de materiais eventualmente disponíveis em estoque próprio. No entanto, após análise técnica, jurídica e operacional, verifica-se que tais opções não se mostram adequadas ou eficientes diante da realidade da Administração Municipal.

A locação de materiais, por exemplo, é uma modalidade que pode ser utilizada em situações pontuais e de curto prazo, como eventos ou obras emergenciais. Entretanto, no presente caso, trata-se de uma demanda permanente e recorrente, voltada à manutenção preventiva e corretiva de prédios públicos, que exige o uso contínuo de materiais de consumo, como cabos, disjuntores, luminárias, conectores, eletrodutos e demais componentes. A locação desses itens, além de antieconômica, não permite à Administração o controle patrimonial e técnico necessário, gerando maior custo e menor autonomia para a execução das atividades.

De igual modo, a contratação de uma empresa para o fornecimento e instalação dos materiais, por meio de um contrato global ou por demanda, também não se mostra como a melhor alternativa. O Município já possui corpo técnico próprio, bem como contratos em vigor para execução de serviços de manutenção elétrica. Assim, a separação entre o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços permite maior eficiência administrativa, flexibilidade operacional e economicidade, além de evitar o acréscimo de encargos e tributos que naturalmente incidem sobre contratos de empreitada com fornecimento.

Outra alternativa considerada foi a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos. Embora juridicamente possível, essa solução apresenta limitações práticas significativas, como a incompatibilidade entre os itens disponíveis nas atas externas e as especificações técnicas requeridas pelas secretarias municipais. Além disso, a logística de entrega e os prazos contratuais firmados por outros entes nem sempre se ajustam à realidade do Município de Iporã, que demanda fornecimento ágil e sob requisição. Ressalte-se que a adesão a atas de terceiros não permite a exclusividade para fornecedores locais, o que inviabilizaria a política pública municipal de fortalecimento da economia local, prevista no Decreto Municipal nº 015/2025 e respaldada pelo art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A execução direta com insumos eventualmente disponíveis no estoque municipal também se revelou inviável, tendo em vista que o contrato anterior (Pregão Eletrônico nº 057/2025, Processo nº 101/2025) já teve seu saldo totalmente utilizado, restando a Administração sem cobertura contratual vigente e com estoques praticamente esgotados. Essa condição compromete a continuidade dos serviços e impede a realização de manutenções urgentes, reformas e melhorias em prédios públicos, comprometendo o funcionamento de escolas, unidades de saúde, repartições administrativas e demais espaços públicos essenciais ao atendimento da população.

Diante desse cenário, a solução mais adequada, vantajosa e juridicamente segura é a realização de nova licitação para a aquisição direta dos materiais elétricos, com entrega parcelada conforme requisição, e com exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Iporã-PR. Essa medida permite à Administração obter os insumos necessários com agilidade, controle, eficiência e economicidade, assegurando o abastecimento contínuo das secretarias, evitando paralisações e promovendo o desenvolvimento econômico local. Além disso, possibilita a escolha da proposta mais vantajosa, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021, aliando planejamento técnico e interesse público.

Portanto, a análise das soluções alternativas disponíveis no mercado confirma que a aquisição ora pretendida, por meio de licitação pública com exclusividade para o comércio local, representa a melhor solução para suprir a necessidade da Administração Municipal de Iporã-PR. Trata-se de uma medida planejada, eficiente, transparente e alinhada com os princípios constitucionais que regem a gestão pública, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e o uso racional dos recursos públicos.

### **30. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na aquisição planejada e integrada de materiais elétricos, destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios públicos pertencentes às diversas secretarias da Administração Municipal de Iporã-PR. Essa contratação visa atender, de forma contínua, eficiente e segura, às demandas operacionais das secretarias de Saúde, Educação, Administração, Agricultura, Assistência Social, Esporte, Cultura e demais órgãos vinculados à estrutura municipal. A aquisição será realizada por meio de licitação pública, com exclusividade para fornecedores locais classificados como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI), conforme prevê o art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 015/2025 e amparado pelo Prejulgado nº 27 do TCE-PR.

A solução compreende o fornecimento de materiais novos, de primeira linha, devidamente certificados quando aplicável (como produtos com selo do INMETRO), com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e com procedência comprovada. Os materiais deverão atender às especificações técnicas constantes no Termo de Referência e englobam itens como cabos, condutores, disjuntores, eletrodutos, conectores, lâmpadas LED, tomadas, interruptores, quadros de distribuição, entre outros componentes indispensáveis ao pleno funcionamento das instalações elétricas municipais.

A entrega dos materiais será feita de forma parcelada, conforme as requisições das secretarias ao longo da vigência contratual, garantindo maior flexibilidade e eficiência na gestão dos estoques públicos. A contratada deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a solicitação, no local designado pela secretaria requisitante, sempre no território do Município de Iporã-PR. Será vedada a entrega fracionada de itens constantes em uma mesma requisição ou nota de empenho, devendo a contratada cumprir integralmente o fornecimento solicitado. Essa exigência assegura a continuidade das atividades operacionais das secretarias e evita atrasos na execução de serviços essenciais.

Durante o ciclo de vida dos bens adquiridos, caberá à empresa contratada prestar assistência técnica para substituição de materiais com defeito, quando comprovadamente vinculados a vícios de fabricação ou falhas técnicas que comprometam seu uso. A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação formal por parte da Administração. Essa exigência está alinhada à boa-fé contratual, à responsabilização do fornecedor e à garantia de que

os produtos fornecidos se mantenham funcionais durante o período de uso, contribuindo para a durabilidade e a confiabilidade dos sistemas elétricos públicos.

Além disso, a solução considera o respeito às diretrizes de sustentabilidade e inovação, conforme o art. 9º, inciso III da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, buscando priorizar a aquisição de materiais que atendam aos princípios da economia circular. Isso inclui a preferência por produtos com maior eficiência energética (como lâmpadas LED), durabilidade estendida, possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem de componentes, e menor impacto ambiental ao longo do seu ciclo de vida. Tais critérios não apenas promovem o consumo responsável dos recursos públicos, como também contribuem para a sustentabilidade das ações da Administração Municipal.

O modelo de contratação adotado permite ainda a centralização do fornecimento com controle descentralizado das requisições, o que garante maior transparência, rastreabilidade, padronização de materiais e atendimento adequado à realidade de cada secretaria. Dessa forma, a contratação integra de maneira eficiente os elementos essenciais, bens, prazos, logística de entrega, garantia, assistência técnica, sustentabilidade e desenvolvimento local, para alcançar o resultado esperado: garantir o pleno funcionamento da infraestrutura elétrica municipal, viabilizando a continuidade dos serviços públicos essenciais com segurança, regularidade e eficiência. Trata-se, portanto, de uma solução completa, planejada e alinhada com os princípios da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), oferecendo um arranjo institucional e técnico que assegure a efetividade do gasto público e a satisfação do interesse coletivo.

### **31. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Haverá o parcelamento da demanda tendo em vista que a contratação será por item.

### **32. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação tem como finalidade proporcionar ao Município de Iporã-PR uma solução contínua, eficiente e planejada para o suprimento de materiais elétricos, indispensáveis à manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura elétrica dos prédios públicos das diversas secretarias municipais. Os resultados pretendidos com essa contratação abrangem benefícios diretos e indiretos, refletindo-se na qualidade dos serviços prestados à população, na valorização dos recursos públicos e no aprimoramento da gestão administrativa e operacional do Município.

Entre os benefícios diretos, destaca-se a melhoria da eficiência operacional das secretarias, ao garantir o fornecimento imediato e adequado de materiais elétricos, com entrega sob demanda e no prazo máximo de 3 dias úteis. Isso permitirá o atendimento célere a demandas emergenciais e programadas, como reparos em redes elétricas, substituição de componentes danificados, adequações em instalações e modernização dos ambientes, evitando a paralisação de serviços públicos essenciais como saúde, educação, segurança, assistência social e administração.

Do ponto de vista da eficácia administrativa, a contratação permitirá melhor planejamento e controle das requisições de materiais, com base em um contrato estruturado, quantitativos previamente definidos e entrega fracionada conforme a real necessidade. Essa sistemática promove maior previsibilidade orçamentária e reduz riscos de desperdício ou aquisição desnecessária de insumos, contribuindo para a racionalização dos estoques públicos.

Em termos de economicidade, a licitação exclusiva para fornecedores locais proporcionará ganhos significativos, tanto pela obtenção de preços compatíveis com o mercado quanto pela eliminação de custos logísticos e de transporte. Além disso, a contratação parcelada sob requisição evita o pagamento antecipado de grandes volumes de materiais, alinhando os desembolsos financeiros às reais necessidades operacionais da Administração. A garantia mínima exigida e a assistência técnica obrigatória para substituição de itens defeituosos também evitam despesas adicionais e asseguram maior durabilidade e confiabilidade dos materiais adquiridos.

Outro resultado relevante refere-se ao melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais já disponíveis na estrutura municipal. Como o Município conta com equipes técnicas e contratos em vigor para execução de serviços elétricos, a aquisição dos materiais de forma independente assegura autonomia e agilidade para as secretarias realizarem manutenções preventivas e corretivas, sem necessidade de novos contratos ou processos licitatórios para pequenos serviços, otimizando a força de trabalho já existente.

No que se refere aos impactos ambientais positivos, a contratação prevê a preferência por itens de maior eficiência energética, como lâmpadas e luminárias LED, que contribuem significativamente para a redução do consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, para a diminuição da pegada

ambiental da Administração Pública. Além disso, ao privilegiar fornecedores locais, a contratação contribui para a redução de emissões relacionadas ao transporte de cargas por longas distâncias, alinhando-se a práticas sustentáveis e à economia circular preconizada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022.

Por fim, a melhoria da infraestrutura elétrica proporcionará ambientes públicos mais seguros, confortáveis e funcionais, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Ambientes escolares bem iluminados, unidades de saúde com energia estável e prédios administrativos operando em plenas condições técnicas são elementos essenciais para o bom desempenho da Administração e para a satisfação do cidadão.

Assim, a contratação ora proposta representa um investimento estratégico, com resultados amplos e integrados, promovendo não apenas a resolução de um problema imediato, mas a consolidação de uma estrutura pública mais moderna, eficiente e orientada ao interesse coletivo.

### 33. CONTRATAÇÃO CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

NÃO HÁ

### 34. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há

### 35. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida revela-se plenamente viável, oportuna e juridicamente adequada, configurando-se como a solução mais eficiente para atender à necessidade identificada pela Administração Pública Municipal de Iporã-PR, qual seja: garantir o fornecimento contínuo e regular de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura elétrica dos prédios públicos municipais, assegurando a plena funcionalidade das atividades desenvolvidas pelas diversas secretarias.

Conforme demonstrado ao longo do Estudo Técnico Preliminar e demais peças que instruem este processo, a demanda é real, recorrente e essencial ao funcionamento da máquina pública, sendo indispensável para a continuidade dos serviços de saúde, educação, administração, assistência social, esporte, cultura, agricultura e demais setores que compõem a estrutura municipal. A inexistência de saldo contratual vigente e a insuficiência dos estoques atuais impedem a realização de manutenções e adequações elétricas, configurando risco de paralisações e comprometimento da prestação dos serviços públicos.

A viabilidade da contratação está respaldada nos princípios da planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. A estimativa de quantidades foi fundamentada com base em consumo histórico e projeção técnica, os preços foram apurados por meio de pesquisa de mercado com três fornecedores locais, e a estrutura contratual proposta prevê entrega parcelada conforme necessidade, com garantia e assistência técnica, o que assegura equilíbrio entre qualidade, custo e agilidade.

Além disso, a adoção da licitação com exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte locais está em consonância com a legislação vigente (art. 47 da LC nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 015/2025) e com o entendimento consolidado pelo Prejulgado nº 27 do TCE-PR, promovendo o desenvolvimento econômico local, a geração de empregos e a movimentação da economia no próprio território do Município.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente viável e necessária, devendo ser realizada por meio de procedimento licitatório devidamente estruturado, com critérios técnicos, jurídicos e operacionais adequados, visando ao atendimento do interesse público, à continuidade dos serviços essenciais e à promoção da eficiência na gestão pública municipal.

### 36. MAPA DE RISCO

<b>1. Risco</b>	<b>2. Probabilidade</b>	<b>3. Impacto para a Administração</b>	<b>4. Danos Potenciais</b>	<b>5. Medidas Preventivas</b>
<b>6. Atraso na entrega</b>	<b>7. Média</b>	<b>8. Compromete o andame</b>	<b>9. Interrupção ou atraso em</b>	<b>10. Estabelecer prazos curtos e objetivos no</b>

1. Risco	2. Probabilidade	3. Impacto para a Administração	4. Danos Potenciais	5. Medidas Preventivas
dos materiais		nto de manutenções e serviços essenciais	serviços de saúde, educação, segurança e outros setores	contrato; penalidades por atraso; exigência de entrega total conforme requisição
11. Fornecimento de materiais fora das especificações técnicas	12. Baixa	13. Prejuízo à qualidade e segurança das instalações elétricas	14. Danos a equipamentos, risco de curto-circuito, necessidade de substituição	15. Exigir amostra técnica quando necessário; exigir certificação (ex: INMETRO); fiscalização rigorosa do recebimento
16. Inadimplência contratual (abandono, descumprimento de obrigações)	17. Baixa	18. Paralisação do fornecimento e necessidade de nova licitação	19. Interrupção dos serviços, prejuízos ao erário, atraso em cronogramas	20. Análise rigorosa da habilitação e qualificação técnica; previsão de sanções e rescisão contratual; exigência de garantia
21. Oscilação de preços durante a vigência contratual	22. Média	23. Perda da vantajosidade e aumento de custos em eventuais aditivos	24. Inviabilidade de fornecimento futuro ou desequilíbrio econômico-financeiro do contrato	25. Realizar pesquisa de preços atualizada e com base real de mercado; prever cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro, se necessário
26. Desabastecimento no comércio local	27. Baixa	28. Dificuldade de atendimento por parte	29. Atraso na entrega, necessidade de nova	30. Confirmar capacidade mínima dos fornecedores durante a

1. Risco	2. Probabilidade	3. Impacto para a Administração	4. Danos Potenciais	5. Medidas Preventivas
		dos fornecedores locais	licitação emergencial	habilitação; permitir substituição de marca equivalente quando justificada e aprovada previamente
31. Armazenamento inadequado dos materiais entregues	32. Média	33. Danos aos materiais antes da utilização	34. Perda de insumos por má conservação, desperdício de recursos públicos	35. Designar locais apropriados de recebimento e armazenagem; controle de entrada e saída dos materiais por servidores responsáveis
36. Erros na elaboração da requisição pelas secretarias	37. Baixa	38. Solicitações inadequadas ou duplicadas	39. Compras desnecessárias, falhas na execução dos serviços, má gestão de recursos	40. Treinamento dos servidores responsáveis pelas requisições; padronização de formulários de solicitação
41. Falhas na fiscalização do cumprimento contratual	42. Baixa	43. Fornecimentos em desacordo não detectados a tempo	44. Recebimento de materiais irregulares, responsabilização da Administração	45. Nomeação de fiscal contratual capacitado; utilização de checklists de recebimento; registros fotográficos e documentais

### 37. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Certificamos, para devidos fins, que os servidores abaixo relacionados são os responsáveis pela elaboração e pelo conteúdo do presente documento.

ANEXO – II  
**PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 057/2025**

**MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA**  
**(uso obrigatório por todas as licitantes)**  
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 057/2025 em epígrafe que tem por objeto a Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias que integram a Administração Municipal de Iporã-PR, em atendimento as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
1	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$

**Informar Valor total R\$...**

- 1) Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
- 2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
- 3) Garantia mínima dos produtos acima descritos é de 12 meses.
- 4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
- 5) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: \_\_\_\_\_

Agencia: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**Razão Social da Empresa Licitante:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone/fax:**

**Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.**

Local, (data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

ANEXO – III  
**PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 057/2025**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
(papel timbrado da licitante)

**À pregoeira e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de **IPORÃ**, Estado do Paraná

**PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 057/2025**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)**

1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do PREGÃO (ELETRÔNICO) nº **057/2025** do Município de **IPORÃ**, -PR.

2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº **057/2025**, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no PREGÃO (ELETRÔNICO) nº **057/2025** do Município de **IPORÃ**, -PR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição

6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

10) Declara, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

11) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

12) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009

13) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

14) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer,

dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus postos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

**15)** Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ()**

**16)** Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

**17)** Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

..... de 20xx  
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)

**ANEXO – IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**  
**PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 057/2025**

**MUNICÍPIO DE IPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV/Rua XXXXX, nº XXX, na cidade de XXXXX, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR XXXXXXXX, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado, na cidade de XXXXXXXX Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º XXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, -----, Pessoa jurídica de direito privado, situada à -----, -----, na cidade de -----, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º -----, neste ato representada por seu sócio Administrador: -----, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, residente e domiciliado à -----, -----, na cidade de -----, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 057/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## 1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente contrato é Aquisição de materiais elétricos destinados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura elétrica dos prédios e instalações públicas das secretarias que integram a Administração Municipal de Iporã-PR
- 1.2 Objeto da contratação:

Item	Descrição dos Produtos	Und.	Qty.	MARCA	Valor Unt (R\$)	Valor Total (R\$)

- 1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

## 2. DO FORNECIMENTO

- 2.1. A entrega dos materiais objeto deste contrato será realizada de forma parcelada, de acordo com as necessidades apresentadas pela Secretaria Requisitante, durante todo o período de vigência contratual ou de seus eventuais aditivos. As solicitações serão formalizadas pela Administração Municipal, respeitando as especificações previstas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada. Essa sistemática visa garantir flexibilidade no atendimento das demandas públicas, permitindo à Administração ajustar o fornecimento conforme a dinâmica de suas atividades e prioridades.
- 2.2. O prazo para entrega dos materiais será de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da emissão da solicitação formal. A entrega deverá ocorrer no local designado pela Secretaria Requisitante, obrigatoriamente situado no Município de Iporã – PR. Ressalta-se que não será admitido o fracionamento da entrega referente a cada requisição: a contratada deverá fornecer integralmente o quantitativo constante na respectiva solicitação ou nota de empenho, sob pena de inadimplemento contratual.
- 2.3. Para garantir a regularidade da execução contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas, fica assegurado ao Município de Iporã – PR, a seu exclusivo critério e conforme os dispositivos legais aplicáveis, o direito de alterar unilateralmente as cláusulas contratuais com base em normas legais supervenientes editadas pela União; rejeitar os materiais entregues que estejam em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas; bem como prorrogar a vigência do contrato, desde que observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e devidamente motivadas.
- 2.4. A conferência inicial dos materiais entregues será realizada por servidor formalmente designado como fiscal do contrato, que efetuará o recebimento provisório dos bens. Esse procedimento visa verificar se os produtos entregues correspondem, em quantidade e qualidade, ao que foi solicitado, e se estão de acordo com os padrões exigidos. Caso os materiais apresentem vícios,

irregularidades ou estejam em desacordo com as especificações, o Município poderá rejeitá-los parcial ou totalmente. Nessas hipóteses, a contratada deverá providenciar, às suas expensas, a correção ou substituição dos itens, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação formal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

- 2.5. A aceitação definitiva do objeto será formalizada em até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, mediante lavratura de termo circunstanciado, desde que verificada a conformidade integral dos materiais com o disposto neste Termo de Referência e na proposta apresentada. Caso a Administração não conclua a verificação de conformidade no prazo estipulado, considerar-se-á o objeto como definitivamente recebido no último dia do referido prazo, para todos os efeitos legais e contratuais.
- 2.6. Por fim, destaca-se que o recebimento provisório ou definitivo dos materiais não exime a contratada de sua responsabilidade pela integridade, qualidade e conformidade do fornecimento. Eventuais prejuízos decorrentes da entrega de produtos inadequados, defeituosos ou em desacordo com os padrões exigidos permanecerão sob a responsabilidade exclusiva da empresa contratada, que estará sujeita às sanções previstas no contrato e na legislação aplicável, inclusive quanto à reparação de eventuais danos causados à Administração Pública.

### **3. DA VIGÊNCIA:**

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento
- 3.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado a critério das partes.

### **4. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

### **6. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:**

- 6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento objeto da presente contratação, o valor TOTAL de R\$ ... (...).
- 6.2. O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.
- 6.3. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa que venha ser efetuada pela CONTRATADA que não tenha sido expressamente acordada no presente contrato.
- 6.4. Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal eletrônica ao setor de contabilidade, acompanhada das seguintes certidões:
  - 6.4.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federal
  - 6.4.2. Prova de regularidade relativa à seguridade social comprovando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei - CRS (FGTS).
- 6.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 6.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 6.7. O valor constante no item 6.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **7. REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data

do orçamento estimado.

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, IPCA ou outro índice que apresente maior vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento
- 7.9. Para solicitação de reajuste, deve-se atentar para a cláusula de reajuste de preços constante no Termo de referência do Edital.

## 8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 8.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentaria. Sendo:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO

## 9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

- 9.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, X, XI e XIV):
  - 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
  - 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  - 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
  - 9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
  - 9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
    - 9.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
  - 9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

- 9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.2. São obrigações da **CONTRATADO**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, XIV, XVI e XVII):
- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos

eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### 10. DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO:

- 10.1. A fiscalização do fornecimento do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato o seu exercício.
- 10.2. **Caberá ao GESTOR do contrato**, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato e ainda:
  - 10.2.1. Propor ao departamento competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
  - 10.2.2. Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes ao fornecimento do objeto contratado,
  - 10.2.3. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
  - 10.2.4. Promover o adequado encaminhamento, à unidade competente, das ocorrências contratuais constatadas ou registradas pelo fiscal para fins de aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes;
  - 10.2.5. Manter controles adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;
  - 10.2.6. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
  - 10.2.7. Para efeitos, os gestores do contrato serão xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
- 10.3. **Caberá ao FISCAL do contrato**, o acompanhamento do fornecimento do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:
  - 10.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - 10.3.2. Acompanhar e fiscalizar, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua entrega e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para o fiel fornecimento durante toda a vigência do Contrato;
  - 10.3.3. Sustar, recusar, qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações constantes no anexo I, determinando a substituição do produto em desconformidade com o solicitado;
  - 10.3.4. Exigir o cumprimento de todo fornecimento dos itens constante no Anexo I, do Edital, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas deste contrato;
- 10.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

10.5. Para efeitos, os fiscais do contrato serão xxxxxxxxxxxxxxxx.

## 11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92,XIV):

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - Multa:**
    - moratória de 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
      - O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
    - compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;

- 11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX):

- 12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
  - 12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
  - 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
  - 12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
  - 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
    - 12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
  - 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 12.3.3. Indenizações e multas.
- 12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. DA GARANTIA DO PRODUTO:

- 13.1. A contratada oferece uma garantia de **XX meses** a partir da aceitação definitiva dos materiais fornecidos, cobrindo qualquer defeito ou falha no fornecimento. Durante esse período, a contratada será responsável por corrigir, sem custo adicional, qualquer problema relacionado à qualidade ou conformidade dos materiais, conforme o que foi acordado no contrato.
- 13.2. **A garantia inclui:**
- 13.3. Qualidade e Conformidade: Os materiais devem seguir as especificações do contrato e da proposta apresentada.
- 13.4. Correção de Defeitos: Se forem identificados defeitos durante a garantia, a contratada deverá corrigir em até 5 (cinco) dias úteis após a notificação.
- 13.5. Substituição de Materiais: Se os defeitos não puderem ser corrigidos, a contratada deve substituir os materiais defeituosos.
- 13.6. Responsabilidade: A contratada continuará responsável por quaisquer danos causados durante o fornecimento dos materiais, mesmo após o término da garantia.
- 13.7. Caso sejam encontradas falhas graves ou repetidas, o prazo de garantia poderá ser estendido para assegurar que os materiais atendam às condições do contrato.
- 13.8. A garantia será formalizada por meio de documento anexado ao contrato, comprometendo a contratada a cumprir com todas as condições acordadas.

#### 14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

- 14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

#### 15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:

- 15.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de **IPORÃ**, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 15.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 15.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 15.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 15.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 15.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 15.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de **IPORÃ**.

#### 16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

- 16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda

que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

## **17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

- 17.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 17.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 17.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 17.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 17.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 17.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 17.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 17.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 17.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 17.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 17.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 17.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 17.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 18.1.** Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:
- 18.1.1.** A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.
- 18.1.2.** Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato
- 18.1.3.** A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de qualquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.
- 18.1.4.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **19. DAS ALTERAÇÕES:**

- 19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

**20. DA SUCESSÃO E DO FORO:**

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

XXXXXXXX - PR, ... de ... de 2025.

**Prefeito Municipal**

**Sócio Administrador**

**Testemunhas:**

- 1.
- 2.

**\* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente. o vigente.**